

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.389 - RJ (2018/0223764-0)**

EMBARGANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -  
CEDAE

ADVOGADO : SERGIO BERMUDES E OUTRO(S) - RJ017587

EMBARGADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO PORTO RICO

ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO VICENTE TELLES E OUTRO(S) -  
RJ100226

**DECISÃO**

A parte embargante informa a existência de erro na decisão embargada porquanto não teria havido a fixação de honorários de sucumbência.

É o relatório. Decido.

De fato a decisão embargada contém erro quanto ao inversão da sucumbência, que passa a ser sanado:

Onde se lê:

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RI/STJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário na sua integralidade, pelo que, também, como injustificada a pretensão de devolução dos valores tarifários pagos.

Leia se:

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RI/STJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário na sua integralidade, pelo que, também, como injustificada a pretensão de devolução dos valores tarifários pagos. **Invertidos os ônus da sucumbência, restabelecendo o percentual fixado na sentença.**

Ante o exposto, embargos acolhidos nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator